



EXPRESSO DO BRASIL

Fundador Honorário: Reinaldo Antunes do Nascimento
Presidente: Benedito Rogério Chagas do Nascimento
Vice-Presidente: Sérgio Saturnino de Lima

Rio de Janeiro-RJ, 2ª Quizena de Agosto, 2021 - Número 7 - Ano 2 - Tiragem: 20.000 exemplares - www.jornalexpressodobrasil.com.br

Talibã ateou fogo em mulher por "cozinhar mal", denuncia a afegã



Combatentes do Talibã atearam fogo em uma mulher acusada de "cozinhar mal" para eles, segundo relata a ativista e ex-juíza afegã Najla Ayoubi. Em entrevista a emissora Sky News, Ayoubi afirma que os membros do grupo islâmico têm forçado as pessoas a alimentá-los.

Pág. 12

RJ: General Mourão está empatado tecnicamente com Eduardo Paes e Marcelo Freixo

Pág. 7

92% dos brasileiros não confiam na urna eletrônica



Pág. 3

A Avast revelou após uma pesquisa que 91,84% dos brasileiros não têm confiança na urna eletrônica utilizada durante as eleições. Segundo a pesquisa, a principal preocupação é de que o sistema possa ser violado.

Com aproximação dos atos de 7 de Setembro, governadores querem reunião entre os Poderes



Pág. 4

SP: Geraldo Alckmin lidera pesquisa ao Governo de São Paulo

Pág. 5

Elementos para reflexão da atualidade

Joílson Soares



Estamos vivendo um tempo globalizado que me fez retomar lembranças dos princípios éticos da formação do cidadão em relação ao conceito humanitário da família, o termo globalização vem sendo comentado e depreciado em seus quarenta anos, isso mesmo, foi criado em 1980 com objetivo de levar a união dos mercados financeiros mundiais, constituindo um único modo de trabalhar de maneira integrada. Isso vale tanto para a economia quanto para a política, e, conseqüentemente, influencia na cultura, o que deveria contribuir significativamente de forma positiva para sociedade. Mas se apresenta nos tempos remotos um reflexo totalmente oposto.

Os quarentões, devem se lembrar dos ensinamentos na formação escolar que tratavam assuntos relacionados à ética, moral e cidadania reunidos num conjunto de teorias, valores, normas, diretrizes e regras comportamentais de um grupo social.

Temas que tinha como objetivo principal nos ensinar regular e propiciar o equilíbrio e o bom relacionamento social do grupo, visando o bem comum e o sentimento de justiça social.

A ética é considerada o lar da humanidade, disseram os primeiros filósofos gregos do século 6 aC. Derivada da palavra grega ethos, que significa "modo de

existência" ou "caráter". Para eles, o espírito atua e acolhe os cidadãos individualmente, aqueles que são responsáveis pelo destino da sociedade, que deveria levar aos homens o sentimento de segurança. Isso significa que, vivendo de acordo com a lei, o cidadão pode tornar a sociedade melhor e nela encontrar seu próprio cuidado, (isso realmente acontece?). A ética é o resultado de leis estabelecidas por virtudes e hábitos criados pelo caráter humano. A prática aponta

para um conjunto de normas e regras adquiridas. Esse espírito reflete a palavra latina mos (moris), da qual deriva a palavra moral. Do ponto de vista da etimologia, ética e moralidade são sinônimos. No entanto, hoje podemos garantir que há uma diferença entre os dois porque a ética é coordenada como parte de uma filosofia que lida com a moralidade humana ou moral, em outras palavras, a moralidade se manifesta como um objeto da ética desde a origem do pensamento grego, o mundo espiritual envolve o coletivo (intersubjetividade) e a individualidade (subjetividade) dos indivíduos favorecidos pela emoção e pela razão.

Nesse sentido, o exercício do bem ou da racionalidade estará relacionado à lei que respeita a cidade-estado de todos (heteronomia) e o pensamento pessoal (autonomia). Isso significa que existem reservas internas e externas que determinam o papel do sujeito social. No entanto, bom ou ruim também pode ser determinado pela educação. Portanto, o ambiente educacional permitirá que regras e doutrinas apresentem os julgamentos e decisões de indivíduos no centro da comunidade. Desde a Grécia antiga, a educação foi caracterizada como o elementobásico da composição social dessa forma, no costume eles determinarão as normas

e valores que os sujeitos morais usarão ou difundirão, e a educação retomando seus princípios e valores se tornará uma ferramenta importante para o desenvolvimento moral humano. Isso porque na virtude de esclarecer perfeição moral dos responsáveis pela sociedade pode se difundir por meio da doutrina. Portanto, a educação ajudará a organizar os indivíduos e os cidadãos modelo.

Como disse Aristóteles, a formação dos cidadãos em sua particularidade também prenunciou a formação de animais políticos. A ética não é apenas o equipamento básico para estabelecer a coabitação, mas também a base para a construção do espaço político.

Percebe-se que, para os gregos, ética e política são indissociáveis, e são realidades que se reforçam mutuamente. Todos precisam respeitar os hábitos e preceitos da sociedade, o que revela a importância da ética em suas vidas. Nesse caso, observamos que os melhores filósofos gregos elaboraram um conceito segundo o qual não existem regras e padrões mínimos

de comportamento, ou seja, nenhuma comunidade humana pode sobreviver sem normas. Esses regulamentos aceitam as doutrinas que orientam nossas ações e explicam como devemos nos comportar no mundo e, o mais importante, agir na frente dos outros. Desse modo, a moralidade lida com a atitude da pessoa, a relação entre sua vontade e seu compromisso de seguir as instruções, o que é bom, de onde vem o mal, o que é certo e errado, a liberdade e a obrigação de cuidar do próximo. As regras morais indicam que nossa atitude terá impacto na comunidade, e todos devem ser autônomos e estar atentos

à sua atitude. A imcubência se forma como parte crucial da vida ética do indivíduo. Em sua realidade, o homem só pode assumir responsabilidade moral por sua previsível natureza estranha e comportamento influente. Além disso, para responsabilizá-lo por algo, suas ações devem ocorrer sem colocação externa ou interna. Portanto, a responsabilidade moral requer que as pessoas tomem decisões independentes e ações livres. No entanto, a questão da responsabilidade moral depende dos métodos naturais de determinação do comportamento humano (impulsividade, desejo, paixão) e da autonomia da vontade. Visto que as pessoas são naturais e livres ao mesmo tempo, a ética ajudará a regular a vontade das pessoas e a controlar sua vontade por meio

do uso da razão quando o ser humano superar sua natureza instintiva e se tornar membro do coletivo controlado pela lei da admissibilidade, ela aparecerá. No entanto, o curso da história mostra que essa lei vai mudar, ou seja, a realidade moral. A sociedade é justa, é possível criar um ambiente de união e entendimento mútuo entre os indivíduos. A semelhança deve sempre existir em nossas vidas, porque nos permite viver juntos, com responsabilidade e amor. Como a justiça não é mais realizada, os indivíduos enfrentarão violência, hostilidade e guerra. A lei é antes de tudo uma espécie de valor moral, isto é, o valor que envolve princípios morais.

Os princípios morais nos dizem que a justiça é a principal utilidade da vida social. A justiça não é algo exclusivo de tribunais e fóruns judiciais, mas deve existir no dia adia de todos nós. Observar a disciplina e a lei significa promover a paz e respeitar a ética. Portanto, se não nos esforçarmos para minimizar as reais injustiças sociais em nossa sociedade, não podemos presumir que um dia chegaremos ao reino da paz. Portanto, a paz é uma espécie de justiça. A lei é uma qualidade que todo sujeito moral deve praticar. Moralidade e cidadania são o caminho da vida ditado pela paz, respeito mútuo, independência, justiça, tolerância e valores humanos.

Uma releitura e adaptação do livro "O que pensam os filósofos"

Expediente



Fundador Honorário: Reinaldo Antunes do Nascimento

Presidente: Benedito Rogério Chagas do Nascimento

Vice-Presidente: Sérgio Saturnino de Lima

Diretor de Arte: Saulo dos Santos Neto

Diretor Comercial: Pr. Hamilton Ribeiro

Jornal Expresso do Brasil (Site:

www.jornalexpressodobrasil.com.br / E-mail:

jornalexpressodobrasil@outlook.com)

Expresso do Brasil - CNPJ: 33.304.133/0001-00

92% dos brasileiros não confiam na urna eletrônica

TecMundo



A Avast revelou após uma pesquisa que 91,84% dos brasileiros não têm confiança na urna eletrônica utilizada durante as eleições. Segundo a pesquisa, a principal preocupação é de que o sistema possa ser violado.

Entre o total de participantes da pesquisa, 94,3% acreditam que vazamentos de dados de candidatos/ou partidos políticos podem impactar a opinião pública e até o resultado eleitoral. A conta sobre para 96,15% quando falamos sobre preocupação com o fato de políticos serem alvos de cibercriminosos.

Vale lembrar que na campanha eleitoral de 2016 realizada nos Estados Unidos, um grande vazamento de dados do Partido Democrata pode ter afetado a campanha de sua candidata, Hillary Clinton, que perdeu a presidência para Donald Trump.

Outros números da pesquisa são os seguintes:

- 93,54% afirmaram que vão às urnas neste ano
- 79,42% têm grande interesse nas questões políticas do país
- 55,37% já sabem em quais candidatos vão votar
- 44,63% devem decidir apenas mais perto da eleição
- 10,54% não se manifestaram a respeito
- 10,03% não estão interessados no assunto

Faz tempo que o TecMundo bate na tecla da segurança das urnas — uma pauta que, infelizmente, foi cooptada por ideologias políticas. Como você pode conferir em algumas reportagens nossas (aqui, aqui e aqui), diversos tipos de vulnerabilidades foram encontradas nas urnas. O TSE, em nota, afirma que corrige todas as brechas descobertas por pesquisadores independentes. O problema disso é o tempo: os pesquisadores não possuem tempo suficiente para elaborar os possíveis ataques em sua completude.

CNI mostra confiança de empresários em 30 setores industriais

Andréia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Asa Norte Brasília

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) mostra que todos os 30 setores industriais pesquisados em agosto seguem confiantes no mercado. Este é o quarto mês consecutivo de confiança disseminada entre os empresários, em que o Icei permaneceu acima de 50 pontos. Os resultados setoriais da pesquisa foram divulgados na terça (24) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No último dia 11, a entidade já havia publicado os dados gerais de agosto, em que o Icei cresceu 1,2 ponto em comparação com julho, chegando a 63,2.

Os indicadores do Icei variam de 0 a 100 pontos. Quando estão acima dos 50 mostram que os empresários estão confiantes. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário.

Assim, os setores mais confiantes na economia são máquinas e equipamentos (66,6); químicos (65,9), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (65,1) e produtos de metal (65). Já os setores menos confiantes são bebidas (56,8); obras de infraestrutura (58,3); serviços especializados para a construção

(58,5); outros equipamentos de transporte (58,8); e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (60,2).

Variação

Em agosto, a confiança cresceu em 21 dos 30 setores da indústria analisados, não variou em dois deles e recuou nos demais setores. No entanto, mesmo onde ocorreu queda, a confiança do setor continua elevada, acima dos 50 pontos.

A CNI destaca que em seis dos sete setores em que houve diminuição da confiança a queda foi menor que um ponto. São eles: produtos de madeira, impressão e reprodução de gravações; biocombustíveis, produtos de material plástico, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e outros; e outros equipamentos de transporte. O único setor que registrou queda de confiança mais intensa foi a indústria da manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, cujo índice recuou 3,7 pontos, chegando a 60,2. A pesquisa da CNI consultou 2.383 empresas entre 2 e 11 de agosto, sendo 949 pequenas empresas, 860 médias e 574 de grande porte.

Aras diz cumprir compromisso de respeitar a separação entre os poderes

Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) mostra que todos os 30 setores industriais pesquisados em agosto seguem confiantes no mercado. Este é o quarto mês consecutivo de confiança disseminada entre os empresários, em que o Icei permaneceu acima de 50 pontos.

Os resultados setoriais da pesquisa foram divulgados na terça (24) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No último dia 11, a entidade já havia publicado os dados gerais de agosto, em que o Icei cresceu 1,2 ponto em comparação com julho,



chegando a 63,2.

Os indicadores do Icei variam de 0 a 100 pontos. Quando estão acima dos 50 mostram que os empresários estão confiantes. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário.

Assim, os setores mais confiantes na economia são máquinas e equipamentos (66,6); químicos (65,9), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (65,1) e produtos de metal (65). Já os setores menos confiantes são bebidas (56,8); obras de infraestrutura (58,3); serviços especializados para a construção

Com aproximação dos atos de 7 de Setembro, governadores querem reunião entre os Poderes

Grupo sustenta que quer 'diminuir a tensão'

Revista OESTE

O Fórum Nacional de Governadores quer um encontro com os presidentes Jair Bolsonaro (Executivo), Arthur Lira (Câmara), Rodrigo Pacheco (Senado) e Luiz Fux (STF). O pedido foi formalizado na segunda-feira 23 pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). No texto, ele afirma que pretende fazer um encontro entre as autoridades, com a finalidade de "identificar e pautar pontos convergentes e estratégias visando salvaguardar a paz social, a democracia e o bem-estar socioeconômico da população brasileira".

O grupo de representantes estaduais garante que o documento é uma tentativa de "diminuir a tensão entre os Poderes". Conforme noticiou a Revista Oeste, Bolsonaro enviou ao Senado o pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. O juiz do STF comanda inquéritos considerados inconstitucionais por juristas.

Nesses procedimentos, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) foi preso, bem como o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, e o jornalista Oswaldo Eustáquio.



A papelada assinada pelos governadores chegou ao Palácio do Planalto em meio às organizações de movimentos

democráticos para o Dia da Independência. Brasileiros prometem ir às ruas contra os ataques do STF e pela liberdade.

É inevitável que saída de Geraldo Alckmin do PSDB para o PSD mexa no cenário em SC

MOACIR PEREIRA – ND+ NOTÍCIAS

A saída do médico e ex-governador tem um motivo claro: João Dória. Em Santa Catarina, um grupo significativo de tucanos está decidido a apoiar a candidatura presidencial de Eduardo Leite.

A iminente migração do ex-governador Geraldo Alckmin – do PSDB para o PSD – trará reflexos para o tabuleiro eleitoral catarinense. Sendo Alckmin presidenciável, os pessedistas locais precisarão montar um palanque por aqui. Em 2018, o desempenho de

Alckmin em Santa Catarina foi ainda pior que no resultado geral. Por aqui ficou em quinto, atrás de João Amoedo (Novo). Em São Paulo, Geraldo Alckmin levará consigo a base de apoiadores. A saída do médico e ex-governador tem um motivo claro: João Dória. Em Santa Catarina, um grupo significativo de tucanos está decidido a apoiar a candidatura presidencial de Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul – entre eles o ex-deputado Gelson Merisio e o prefeito Clésio Salvaro.



Geraldo Alckmin lidera pesquisa ao Governo de São Paulo

Bruno Hoffmann - Diário do Litoral São Paulo

Se a eleição para governador do estado de São Paulo fosse hoje, e esses fossem os candidatos, em qual você votaria?



em uma situação: caso Alckmin e Haddad não participem da disputa. Por outro lado, Haddad lidera a rejeição dos paulistas. Na sequência, os que sofrem maior rejeição são Alckmin, Boulos e Skaf.

Na pesquisa espontânea, em que o eleitor é questionado em quem votaria sem a revelação de qualquer nome de possíveis candidatos, o líder é o atual governador João Doria (PSDB), que, porém, não esconde o desejo de concorrer para a presidência da República em 2022.

A pesquisa Govnet/Opinião Pesquisa foi realizada em parceria com o jornal Gazeta de S. Paulo, por meio de abordagem telefônica com 820 eleitores de 168 municípios do estado de São Paulo. A margem de erro para o total da amostra é de 3,4%, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

Geraldo Alckmin é o preferido do eleitor paulista para as eleições ao Governo de São Paulo de 2022 no cenário em que conta com Guilherme Boulos (PSOL), Fernando Haddad (PT), Márcio França (PSB) e Paulo Skaf (MDB). Os números são da nova

pesquisa Govnet/Opinião Pesquisa, encomendada pelo Grupo Gazeta de S. Paulo e divulgada na terça-feira para as eleições ao Palácio dos Bandeirantes.

Alckmin vence os adversários em quase todos os

panoramas. Na situação em que não haveria a participação de Márcio França, porém, Haddad chega numericamente à frente do tucano. Em outros dois cenários sem Alckmin o petista também lidera a corrida. Boulos está na dianteira da preferência eleitoral

Rio de Janeiro: Estado inicia repasse de valores arrecadados com concessão de serviços da CEDAE a municípios

Governo do Estado do Rio de Janeiro

O Governo do Estado deu início, na segunda-feira (23/08), ao repasse aos municípios fluminenses dos valores arrecadados com a concessão dos serviços de saneamento. Nesta primeira rodada, três cidades da Baixada Fluminense - Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias - receberam, das mãos do governador Cláudio Castro, os certificados de participação com os valores totais das outorgas.

- Vivemos um novo tempo em nosso estado. A outorga é muito importante, mas há algo que me anima ainda mais: a questão da democratização e universalização da água e esgoto. A população mais pobre será a mais beneficiada e vai perceber que quem é o responsável por isso é o Governo do Estado do Rio de Janeiro. É essa dignidade que nosso governo busca todos os dias. A Baixada Fluminense volta a ter o protagonismo perdido após décadas - afirmou o governador Cláudio Castro.

A primeira cidade a receber o certificado foi Nova Iguaçu. As três parcelas somam, ao todo, o valor de R\$ 538.819.327,40 para o município. A partir da concessão, tanto Nova Iguaçu, quanto Belford Roxo e Duque de Caxias chegarão a 99% de cobertura de água e 90% de esgoto.

- Já temos mapeado todo o investimento que a prefeitura fará com esta primeira entrada dos recursos. Este é um momento único do estado do Rio de Janeiro.



Estes investimentos vão impactar de forma positiva na vida da população fluminense - falou o prefeito de Nova Iguaçu, Rogério Lisboa.

Pagamentos das primeiras parcelas

Os pagamentos realizados às cidades nesta primeira etapa são equivalentes à primeira parcela, o que corresponde a 65% do valor total. Já a segunda parcela (15%) será paga ao final da operação assistida, já iniciada pelas concessionárias, e a terceira e última parcela (20%) será quitada em 2025.

O período do trabalho de transição entre a Cedae e as concessionárias, chamada de

operação assistida, teve início na semana passada, logo após as assinaturas dos contratos. Este processo deve durar entre seis e nove meses.

Estas três cidades da Baixada passarão a ser atendidas pela empresa Águas do Rio, do grupo Aegea, que arrematou o bloco 4 da concessão, grupo em que os municípios estão inseridos.

Belford Roxo: 90% de cobertura de esgoto com a concessão

Na sequência, o governador Cláudio Castro esteve em Belford Roxo que, ao todo, receberá R\$ 335.815.892,14 do valor arrecadado com a concessão dos serviços de saneamento.

- Era o melhor caminho a concessão dos serviços da Cedae para que a população fluminense tenha saneamento básico e qualidade de vida. Hoje, estamos dando o primeiro passo neste processo e quem ganha é o povo do Rio de Janeiro - disse o prefeito de Belford Roxo, Waguiinho.

Entrega do certificado à Prefeitura de Caxias

Terceira e última cidade a receber o certificado de participação, nesta segunda-feira (23/08), foi Duque de Caxias, que ficou com o valor de R\$ 605.130.658,95.

- A prefeitura realiza um trabalho com base nas demandas do cidadão. E, água e esgoto estão sempre entre as obras mais solicitadas. A concessão vem resolver um problema de décadas e, através deste recurso, outras obras poderão ser feitas para melhoria da vida da população, o que vão refletir também no estado - pontuou o prefeito de Caxias, Washington Reis.

Recursos para a saúde

Na visita à Baixada Fluminense, Castro também entregou aos municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo os cheques simbólicos do Programa de Apoio aos Hospitais Integrantes do SUS/ Região Metropolitana (PAHI RM). Os repasses, nos valores de R\$ 48 milhões (Nova Iguaçu) e R\$ 4.800 milhões (Belford Roxo) poderão ser utilizados para modernização dos hospitais Geral de Nova Iguaçu e Municipal de Belford Roxo.

General Mourão está empatado tecnicamente com Eduardo Paes e Marcelo Freixo

Mourão passa Freixo e é o favorito nas eleições para governador do Rio em 2022

Quintino Gomes Freire – Diário do Rio



Pelo jeito o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) vai acabar sendo candidato a governador do Rio de Janeiro em 2022. De acordo com o site da revista Veja, uma pesquisa encomendada pelo Instituto GERP mostra que o General é o favorito dos cariocas para a disputa pelo Palácio Guanabara,

ele aparece com 18% dos votos válidos.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), que diz que não será candidato, apesar de bem avaliado pelos cariocas, está empatado tecnicamente com 15%. Já Marcelo Freixo (PSB), que vem aparecendo em primeiro em outras pesquisas, está com 12%,

mostrando um jogo embolado pela liderança, visto que a margem de erro é de 2,8%. O ex-prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), aparece com 7%, pouco na frente do governador Claudio Castro (PL), que tem 6%. Foram entrevistadas 1.200 pessoas entre 10 e 17 de agosto.

Em outro cenário, apenas com aqueles que divulgaram publicamente que serão candidatos, Freixo aparece com 17%, Neves 12% e Castro 11%. Apesar de governar o Rio, a taxa de rejeição de

Castro é baixa, apenas 15%, enquanto Freixo fica com 25% e Mourão 24%. Paes tem 20%, Santa Cruz 12% e Rodrigo Neves 10%. Por outro lado, a pesquisa não reflete outros dados que o DIÁRIO DO RIO teve acesso, que mostra Claudio Castro muito mais bem posicionado, chegando a se aproximar de Freixo. Outro dado que a pesquisa não leva em conta é que o ex-prefeito do Rio, Cesar Maia (DEM), lançou sua pré-candidatura ao governo do Estado do RJ.

Presidente Bolsonaro R\$ 5,7 bi e aumento de

Agência Senado

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define regras para a elaboração do Orçamento de 2022. Além de vetar o fundo especial de R\$ 5,7 bilhões para o financiamento das eleições do ano que vem, o Palácio do Planalto decidiu barrar itens que previam recursos para o enfrentamento da pandemia de coronavírus. A Lei 14.194, de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (23), com mais de 40 dispositivos vetados.

A reserva de R\$ 5,7 bilhões para o fundo eleitoral constava do projeto de LDO aprovado pelos senadores e deputados (PLN 3/2021). De acordo com o Ministério da Economia, o governo precisaria reduzir despesas primárias e emendas de bancadas estaduais para conseguir alocar o valor para o fundo especial. Segundo o Poder Executivo, isso “teria impacto negativo sobre a continuidade de investimentos plurianuais” — inclusive nos gastos previstos para o combate à covid-19.

O Poder Executivo também vetou um dispositivo que previa aumento de 50% em relação a 2021 no orçamento previsto para o desenvolvimento de vacinas. Para o Ministério da Economia, o dispositivo contraria o interesse público por fixar um índice de reajuste “em patamar excessivamente superior ao estabelecido na Constituição para as demais ações e serviços públicos de saúde”. Jair Bolsonaro barrou ainda um conjunto de dispositivos que estabeleciam prioridades e metas da administração pública para o próximo ano. Entre as ações previstas, o projeto listava programas emergenciais, ampliação da infraestrutura da rede de atendimento contra o câncer e tratamento de sequelas causadas pela

covid-19.

Segundo o Palácio do Planalto, a medida “contribuiria para a elevação da rigidez orçamentária, que já se mostra excessiva”. De acordo com a mensagem encaminhada ao Congresso, o excesso de vinculações e a existência de inúmeras regras de aplicação de despesas dificultam o cumprimento da meta de resultado primário.

Outro dispositivo suspenso previa que as transferências para o custeio de hospitais universitários federais e prestadores privados seriam depositadas em contas correntes específicas. O mesmo valeria para emendas destinadas àquelas instituições.

Segundo a mensagem de Jair Bolsonaro, a medida contraria a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). “Não poderia a União definir, no momento da transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde de estados, municípios e Distrito Federal, se esses recursos seriam utilizados para custeio da rede própria ou para contratação de entidades privadas, sob pena de ferir a autonomia dos demais entes federativos”, argumenta o presidente da República.

Veja a seguir outros pontos vetados da LDO:

Gastos em Educação

O PLN 3/2021 proibia o bloqueio de restos a pagar relativos ao Ministério da Educação. Os restos a pagar são despesas já empenhadas pela União, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro. Para o Poder Executivo, a previsão “traria prejuízo à sistemática de contenção do crescimento dos restos a pagar inscritos, o que contraria recomendações diversas emanadas



pelo Tribunal de Contas da União, e aumentaria a pressão fiscal pelos recursos disponíveis em exercícios futuros”.

O projeto também previa regras específicas para a limitação de empenho e a movimentação financeira do Ministério da Educação. De acordo com o texto, o corte deveria ser proporcional. Ou seja: não poderia ser maior do que a média geral de limitação imposta pela União a todo o Orçamento de 2022. Isso valeria tanto para as despesas gerais da pasta, quanto para universidades, hospitais universitários e institutos federais. Para o Palácio do Planalto, a medida restringiria a “discricionariedade alocativa do Poder Executivo” e aumentaria a rigidez do orçamento.

Emendas parlamentares

De acordo com o projeto, a execução das emendas parlamentares deveria observar a ordem de prioridades feita por senadores e deputados. Ainda segundo o texto, o ministro

responsável pela despesa poderia pedir informações adicionais sobre cada dotação incluída por emenda. O Poder Executivo teria prazo de 180 dias para empenhar os gastos. Para Jair Bolsonaro, a regra “não tem previsão constitucional” e “investe contra o princípio da impessoalidade, ao fomentar cunho personalístico nas indicações”.

O presidente da República também vetou um dispositivo que considerava impositivas as emendas apresentadas por bancadas estaduais. Para Bolsonaro, a medida “incorre em vício de inconstitucionalidade” porque a mudança não poderia ocorrer por meio de lei, mas sim por meio de emenda à Constituição — como ocorre no caso das emendas individuais impositivas.

O PLN 3/2021 previa ainda uma regra específica para emendas direcionadas ao Ministério da Educação. A pasta poderia alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária. O Palácio do Planalto alertou para a

veta fundo eleitoral de recursos para vacina na LDO

“ambiguidade” do dispositivo. “Sua manutenção permitiria a interpretação de que o mesmo não poderia ser aplicado às emendas direcionadas às programações dos demais órgãos”.

Categorias específicas

O projeto aprovado pelo Congresso previa que o Orçamento da União e os créditos adicionais de 2022 deveriam classificar as despesas em categorias específicas. A regra valeria para gastos relacionados a abastecimento de água, esgotamento, manejo de resíduos sólidos e saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes. O texto previa ainda a classificação das despesas em áreas como conservação de infraestrutura, recuperação de malhas ferroviárias, ressarcimento das emissoras de rádio e televisão pela inserção de propaganda partidária e reajuste do piso salarial de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Para o Poder Executivo, a exigência “poderia promover a sobreposição de ações e prejudicar a qualidade da classificação programática do orçamento”. Isso porque algumas ações orçamentárias são realizadas por órgãos diferentes dentro da administração pública. Bolsonaro cita como exemplo a Política Nacional de Saneamento, que é executada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. No entanto, em municípios com até 50 mil habitantes, as ações de saneamento cabem à Fundação Nacional de Saúde. “Segregar os recursos em programação específica criaria riscos para a eficiência orçamentária, favoreceria a fragmentação da estratégia de atuação, violaria o conceito de orçamento-programa”, argumenta.

Transferências para setor privado

O projeto ampliava a possibilidade de transferência de

recursos a entidades privadas sem fins lucrativos. De acordo com o texto original, o dinheiro poderia ser usado para construção, ampliação ou conclusão de obras. Jair Bolsonaro vetou o dispositivo por entender que ele “amplia de forma significativa” o rol de despesas repassadas para entidades privadas. “Tal transferência promoveria o aumento do patrimônio dessas entidades sem que houvesse obrigação de continuidade na prestação de serviços públicos por período mínimo condizente com os montantes transferidos”, argumenta o chefe do Poder Executivo.

A LDO também permitia a transferência de recursos a organizações sociais por meio de termo de colaboração, fomento ou convênio firmado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos. Para o Palácio do Planalto, a medida contraria a legislação em vigor, que prevê apenas o contrato de gestão como instrumento válido para parcerias entre o Poder Público e as organizações sociais.

Obras paralisadas

O presidente da República vetou um dispositivo que autorizava o reajuste de valores para conclusão de obras paralisadas. A regra valeria apenas para projetos com equilíbrio no cronograma físico financeiro e execução física igual ou superior a 30%. Para o Palácio do Planalto, a proposta “poderia gerar incentivos para o aumento generalizado do custo dessas obras. Além disso, esse ponto “poderia trazer prejuízos à eficiência, à economicidade e à qualidade da despesa pública”.

Transferências

O PLN 3/2021 previa uma regra especial para a transferências voluntárias referentes a obras de engenharia com valor de até R\$ 3 milhões. De acordo com o texto, o montante seria liberado em parcela única. Além disso, os instrumentos de

transferência em vigor teriam prazo prorrogado por mais 240 dias.

Para o Poder Executivo, aumentar o limite de liberação de recursos em parcela única “poderia causar o empoçamento de recursos” nas contas de estados, Distrito Federal, municípios e organizações da sociedade civil. A limitação em vigor foi estabelecida em 2016, quando se verificou um empoçamento de aproximadamente R\$ 9 bilhões.

Ainda de acordo com o texto, os bancos oficiais e órgãos federais responsáveis por transferências financeiras devem homologar em 90 dias a síntese de projetos aprovados para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 10 milhões. Segundo o Palácio do Planalto, a medida foi vetada porque iria retomar um “trâmite burocrático desnecessário”, que foi suprimido em 2019.

Municípios inadimplentes

O projeto aprovado pelo Congresso permitia transferência de recursos, assinatura de convênios e doação de bens para municípios de até 50 mil habitantes, mesmo que inadimplentes com a União. O dispositivo foi vetado por contrariar o interesse público. “Esses municípios representam cerca de 88% dos municípios brasileiros, o que tornaria ineficazes os instrumentos de controle e boa gestão fiscal”, argumenta Bolsonaro.

Pequenas empresas

Jair Bolsonaro vetou um dispositivo que obrigava o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a destinar 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiamento a pequenas e microempresas. Para o Poder Executivo, “a obrigação de destinar parcela específica de recursos criaria amarras para a operação e a alocação adequada dos recursos do FAT destinados aos financiamentos”.

Além disso, a vinculação “inviabilizaria a adoção de políticas anticíclicas ou de incentivo a setores estratégicos”.

Orçamentos da Mulher e da Criança

O PLN 3/2021 estabelecia regras para a publicidade do chamado Orçamento Mulher. De acordo com o texto, o Poder Executivo deveria divulgar até 31 de janeiro um relatório anual sobre a execução orçamentária do Orçamento Mulher referente ao exercício anterior. Para o Palácio do Planalto, “as políticas públicas de redução das desigualdades de gênero integram o Orçamento Fiscal e não há previsão constitucional para a criação de outros orçamentos”.

O texto previa ainda a inclusão de informações específicas para despesas do chamado Orçamento da Criança e do Adolescente. A peça orçamentária deveria esclarecer critérios para distribuição de recursos nas áreas de assistência social, primeira infância, educação, desporto, habitação, saúde e saneamento, entre outros. Segundo Jair Bolsonaro, “grande parte das despesas relacionadas a esse público encontram-se alocadas em políticas de caráter universal, que não são previamente segregadas por faixa etária ou grupo atendido”.

Impacto orçamentário

A LDO dispensava a apresentação de estimativa de impacto orçamentário para projetos de decreto legislativo editados para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. De acordo com a mensagem de veto, a medida contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000).

Rio de Janeiro: Riotur lança Caderno de Encargos dos Desfiles dos Blocos de Rua do Carnaval 2022

Patrícia Lima - Diário do Rio

O Caderno de Encargos contém orientações para que as empresas apresentem propostas de produção e execução dos desfiles dos blocos de rua

A Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR), em mais uma etapa do processo de planejamento da cidade para o Carnaval de 2022 durante a pandemia, lançou na última semana o Caderno de Encargos dos Desfiles dos Blocos de Rua. As empresas que tiverem interesse em formar parceira com a Prefeitura, para a realização dos festejos carnavalescos, terão o prazo de 1 mês para apresentar suas propostas.

O Caderno de Encargos é constituído por um elenco de orientações destinadas às empresas para que elas apresentem propostas de produção e execução para os desfiles dos blocos de rua e às áreas adjacentes à passagem dos mesmos, de acordo com o projeto e cronograma aprovados pela Riotur. A Prefeitura do Rio de Janeiro prevê 40 dias de festa carnavalesca, que compreendem os períodos antes, durante e pós-Carnaval, entre os dias 27 de janeiro e 06 de março. Toda a programação estará disponível num site criado especialmente para os blocos de rua, em português, inglês e espanhol.

De acordo com o planejamento das autoridades municipais, os cariocas contarão com 34 mil banheiros químicos, sendo 10% deles destinados a pessoas com deficiência ou



mobilidade reduzida, como determina a Lei Federal 10.098/2000. Pessoas com baixa visão ou cegas também serão contempladas através de um aplicativo especialmente desenvolvidos com diferentes recursos, como áudio-descrição e Libras. A medida resulta de uma parceria entre a Riotur e a Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência (SMPD).

Ainda de acordo com a Prefeitura, as mulheres ganharão ações específicas de combate ao assédio e à importunação sexual durante o Carnaval. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Mulher (SPM-RIO) em parceria com a Riotur, distribuirá aos foliões QR

Codes com conteúdo informativo sobre o tema, além de informações sobre como proceder em casos de assédio ou qualquer tipo de violência. Também serão oferecidos aos tatuagens temporárias e adesivos com o tema da campanha de combate ao assédio.

A presidente da Riotur, Daniela Maia, enfatizou que a Empresa está agindo de forma meticulosa para que os festejos do Carnaval 2022 sejam os mais seguros e organizados possível. "Estamos trabalhando para o Carnaval de 2022 e estaremos preparados caso a festa seja possível. Planejamento é fundamental para que esta, que é a maior

festa da cidade do Rio de Janeiro, saia com perfeição. Por isso estamos lançando este caderno com a maior antecedência possível. Sempre balizados pela orientação da Saúde", asseverou Daniela Maia. O Caderno de Encargos foi publicado na edição de sexta-feira (20/08) no Diário Oficial da

Prefeitura do Rio e também está disponível no site da Riotur, na aba Editais e Avisos. As empresas interessadas em participar do Carnaval 2022 devem enviar suas propostas até o dia 21 de setembro para o e-mail riotur.selecao publica@gmail.com. Também em setembro será conhecida instituição vencedora.

Foco Legislativo Brasília



GUTEMBERG REIS - Empresário e Deputado Federal (MDB)"- 41 anos""- Casado"- Morador de Xerém, Duque de Caxias"BIOGRAFIA""Gutemberg

Reis nasceu em Xerém, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Pai de quatro filhos, é o caçula de uma família de oito irmãos. Desde cedo aprendeu a responsabilidade do trabalho, pois perdeu o pai em um acidente quando tinha apenas dois anos de idade. Na adolescência já trabalhava como feirante e se tornou depois empresário do ramo imobiliário."Foi eleito deputado federal em 2018 na primeira eleição que disputou com mais de cinquenta mil votos. Antes, atuou na política por mais de vinte anos atendendo as necessidades da população e assessorando os irmãos Washington Reis, atual prefeito de Duque de Caxias, o deputado estadual Rosenverg Reis e o vereador Júnior Reis."COMISSÕES E FRENTES PARLAMENTARES""- Gutemberg Reis foi presidente da Comissão Especial de Políticas de Mobilidade Urbana da Câmara dos Deputados em 2019."- É vice-presidente da

Comissão De Viação e Transportes da Câmara."- Faz parte de várias Frentes Parlamentares, entre elas: em Defesa dos Esportes Equestres, da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, da Região dos Lagos do Rio, da Segurança Pública e do Trânsito Seguro."PRINCIPAIS BANDEIRAS""- Mobilidade urbana, educação, segurança e saúde"PROJETOS E REALIZAÇÕES""- É o deputado federal que mais encaminhou recursos na história de Duque de Caxias."- Conseguiu com a Polícia Rodoviária Federal a doação de armas e viaturas para a Guarda Municipal de Caxias."- Apoia o projeto que transforma os guardas municipais em polícia municipal."- Apoia a PEC 372 que transforma os agentes penitenciários em polícia penal."- Autor da PEC 27/2019 contra os juros abusivos cobrados pelos bancos."- Autor do Projeto de lei 2844/19 que isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágios em rodovias federais."-

Autor do Projeto de Lei 5487/2019, que aprimora as medidas protetivas para mulheres que sofrem violência fazendo uso da tecnologia. As vítimas vão dispor de um aplicativo que aumentará a proteção e a distância do agressor."- Foi um dos parlamentares que mais lutou pela bem sucedida regulamentação da vaquejada no país."- Relator do PL que aumentou o prazo do pagamento do Minha Casa, Minha Vida durante a pandemia."- Relator do PL do Free Flow, que propõe mudar a cobrança de pedágio no país, onde a tarifa vai variar de acordo com a quilometragem rodada."- Um dos responsáveis pelo fim do pedágio de Magé e pela retomada das obras na BR-493."- Encaminhou emendas para a criação do Centro Integrado de Comando e Controle da Baixada Fluminense e para a conclusão das obras na Maternidade de Santa Cruz da Serra.

Talibã ateou fogo em mulher por “cozinhar mal”, denuncia a afegã

Refugiada nos EUA, ex-juíza Najla Ayoubi colhe relatos de colegas ativistas que permanecem na região

Combatentes do Talibã atearam fogo em uma mulher acusada de “cozinhar mal” para eles, segundo relata a ativista e ex-juíza afegã Najla Ayoubi. Em entrevista a emissora Sky News, Ayoubi afirma que os membros do grupo islâmico têm forçado as pessoas a alimentá-los.

– Eles estão forçando as pessoas a dar e fazer comida para eles. Uma mulher foi incendiada porque foi acusada de cozinhar mal para os combatentes do Talibã – contou a ex-magistrada na última sexta-feira (20).

Ayoubi deixou o seu país às pressas quando o Talibã reassumiu o controle do Afeganistão e atualmente está refugiada nos Estados Unidos. À distância, ela tem recebido relatos de “milhares e centenas de colegas ativistas” que ainda se encontram no país. De acordo com ela, há testemunhos de mulheres espancadas, chicoteadas e estupradas.



– Há tantas mulheres jovens nas últimas semanas sendo enviadas para países vizinhos em caixões para serem usadas como escravas sexuais. Eles também forçam as famílias a casar suas filhas com combatentes do Talibã. Não vejo onde está a promessa de que as mulheres poderiam trabalhar, quando estamos vendo todas essas atrocidades –

lamentou.

Em declaração recente, os Estados Unidos, a União Europeia e inúmeros outros países expressaram sua “profunda preocupação” com a situação das mulheres e meninas afegãs.

– Estamos profundamente preocupados com as mulheres e meninas afegãs, seus direitos à

educação, trabalho e liberdade de circulação. Apelamos aos que ocupam posições de poder e autoridade em todo o Afeganistão para garantir sua proteção. Nós, na comunidade internacional, estamos prontos para ajudá-las com apoio humanitário, para garantir que suas vozes possam ser ouvidas – diz a declaração.

Romário lidera corrida ao Senado pelo Rio, Molon segue em segundo

Levantamento foi realizado em julho pela FSB Pesquisa



O senador Romário Faria (PL-RJ) é o favorito à reeleição na disputa do ano que vem, segundo pesquisa eleitoral realizada em julho pela FSB Pesquisa. Romário, que já foi deputado federal pelo Rio e irá completar no ano que vem oito anos como senador pelo estado, aparece com 19% da preferência do eleitorado fluminense.

Em 2014, quando se elegeu senador pelo PSB, Romário abocanhou 63% dos votos, derrotando concorrentes como o ex-

prefeito do Rio Cesar Maia. Atualmente, o parlamentar está no PL, partido do governador Cláudio Castro, que tentará o apoio da família Bolsonaro para se reeleger ao cargo em 2022. Em segundo lugar na corrida para o Senado está o deputado federal Alessandro Molon (PSB), com 17% das intenções de voto. Molon deverá disputar na mesma chapa de Marcelo Freixo, recém-filiado ao PSB e que irá disputar o governo do Rio no ano que vem.

Molon articula para

receber o apoio do ex-presidente Lula em sua campanha, mas pode esbarrar no terceiro colocado da pesquisa ao Senado, o vereador Lindbergh Faria (PT), que figura com 15% de intenção de votos entre o eleitorado do Rio. O petista ainda não está oficialmente entre os pré-candidatos à cadeira. O prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis, tem 8% das intenções, segundo a pesquisa. Caxias é a maior cidade da Baixada Fluminense, região que

historicamente votou no PT e que optou em peso por Jair Bolsonaro em 2018.

Vários partidos cortejam Reis em busca de eventuais alianças. Atualmente, o prefeito se diz bolsonarista, mas são poucos os que acreditam que a relação será pra sempre. Caso Bolsonaro desidrate, Reis, que foi muito próximo também dos governos petistas, pode pular fora do barco, de acordo com caciques políticos do Rio. Depois de Reis vem, com 6% das intenções de voto, o deputado Otoni de Paula (PSC), pastor evangélico que é um dos mais fiéis aliados de Bolsonaro na bancada federal do Rio.

Atrás do religioso vem o segundo petista da disputa, o deputado estadual André Ceciliano, atual presidente da Assembleia Legislativa do Rio, com apenas 3% dos votos. Ceciliano não esconde seu desejo de brigar pela vaga ao Senado e tem se sentado com diversas lideranças locais com o objetivo de se cacifar para a disputa. Sabe-se no Rio que ele é bom de articulação política e de prosa. Se essas habilidades irão se traduzir em votos, ninguém arrisca a dizer ainda. Brancos e nulos somaram 27% e 6% não souberam ou não quiseram responder.

São Paulo: Mais de 400 mulheres vítimas de violência procuram o Cate em busca de emprego em dois dias

A ação ofereceu mais de 500 vagas de emprego nas áreas de comércio e serviços, incentivando a recolocação profissional e independência financeira

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (Semdet) atendeu no Contrata SP – Tem Saída, 415 mulheres na unidade Central do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate). A ação do Agosto Lilás disponibilizou mais de 500 vagas de emprego nas áreas de comércio e serviços, voltadas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, incentivando a recolocação profissional e independência financeira.

“Recebemos mais de 400 mulheres nos dias de evento e mais de 300 saíram do Cate já encaminhadas para as vagas.”, explicou a secretária de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Aline Cardoso. “As nossas empresas parceiras, responsáveis por disponibilizar as oportunidades, são fundamentais no processo de recolocação profissional dessas mulheres no mercado.

Os encaminhamentos representam novas possibilidades de vencer os traumas gerados pela violência e construir um futuro independente”, completou.

A ação recebeu cerca de 400 inscrições, que passaram por um processo de triagem

pelos equipes do Cate. Durante os dois dias de evento, 350 mulheres foram atendidas presencialmente. Dessas, 120 são beneficiárias do programa Tem Saída, enquanto 123 das mulheres atendidas são vítimas de violência doméstica orientadas sobre como participar do Programa. Entre as mulheres pré-selecionadas para comparecer ao evento, 332 foram encaminhadas para vagas de emprego.

O Contrata SP – Tem Saída contou ainda com a participação de 53 candidatas nas oficinas de reaproveitamento de alimentos com a Cosan – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, e de geração de renda com artesãs do Programa Mãos e Mentes Paulistas.

“Existem muitas mulheres que estão hoje em casa sofrendo violência, seja familiar, vindo de um companheiro ou companheira. Nós temos saída sim, por isso o nome do programa é Tem Saída. Precisamos lutar. Sei que é difícil, mas procure, se tiver uma denúncia, disque 180 e procure o Tem Saída, que está ajudando muitas mulheres com a recolocação no mercado de trabalho e independência financeira. Eu fui muito bem

recebida e acolhida, já saí com a minha carta de encaminhamento”, contou Paloma Silva Cotette, candidata pré-selecionada que compareceu ao evento. Agosto Lilás

As diversas ações do Agosto Lilás em celebração ao aniversário de 15 anos da Lei Maria da Penha se encerram na quinta-feira, 26 de agosto, com um evento de capacitação no qual as inscritas participarão de

oficinas sobre empreendedorismo, sobre o Programa Tem Saída e serão apresentadas a outras iniciativas de geração de renda oferecidas pela Prefeitura de São Paulo. A ação acontece em grupos agendados das 10h às 16h, no coworking público Teia Santo Amaro. As inscrições podem ser feitas de forma online até terça-feira, 24 de agosto, às 17h pelo [link w.w.bit.ly/capacitacaotemsaída](http://link.w.w.bit.ly/capacitacaotemsaída).



São Paulo: SMIT prorroga Consulta Pública para mais 10 mil pontos de internet gratuita

Secretaria Especial de Comunicação

Prefeitura pede contribuições da sociedade civil e de empresas para avaliar se o modelo adotado para a operação atenderá as necessidades da cidade

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), prorrogou por mais 15 dias a Consulta Pública sobre o edital de credenciamento do programa WiFi Livre SP. Inicialmente prevista para terminar na última quarta-feira (18), a Consulta Pública continuará disponível até o dia 2 de setembro. O edital prevê a instalação de 10 mil novos pontos de Wi-Fi na cidade.

Com o objetivo de reunir contribuições da sociedade civil e de empresas interessadas no credenciamento, a consulta tem a finalidade de avaliar se o modelo adotado para a operação está em linha com as melhores práticas de mercado e com as necessidades da cidade. As sugestões podem ser encaminhadas no e-mail consultawifi@prefeitura.sp.gov.br. Todos os documentos estão disponíveis no site da secretaria, na seção de Participação Social.

O modelo baseia-se no credenciamento, formato já utilizado anteriormente na expansão do programa, com mudanças em algumas contrapartidas para as empresas interessadas na prestação do serviço. Também são listados requisitos técnicos para prestação do serviço e manutenção de sua qualidade, novo modelo de pro-

paganda e segurança de dados, além de inclusão de novas localidades e dinâmicas de distribuição dos pontos a serem implementados em equipamentos e serviços públicos municipais.

O programa WiFi Livre SP, por meio de um modelo não oneroso ao poder público municipal, atua para levar internet de qualidade, segura e gratuita, via sinal de Wi-Fi, para todas as regiões da cidade. Em expansão

desde 2017, o programa saiu de 120 pontos para 1.088, e tem como meta atingir 20 mil pontos de acesso até 2024, promovendo a inclusão digital da população, principalmente em regiões mais vulneráveis e sem acesso à internet.

A pandemia de Covid-19 evidenciou como a internet é preponderante para o acesso à serviços básicos, como educação, saúde, assistência social, cultura,

entre outros, e também para a democratização da informação. "A expansão do programa Wifi Livre SP é fundamental para garantir o acesso à internet aos cidadãos paulistanos, além de auxiliar no desenvolvimento de atividades culturais, profissionais e de educação na capital. Nosso objetivo é ampliar a inclusão digital, que é a nova fronteira da inclusão social", diz o secretário municipal de Inovação e Tecnologia, Juan Quirós.

**Aos Sábados
18:00 horas**

CHROMA TV
Negócio

Aplicativo Chroma TV (Disponível na Play Store e na Apple Store) ou através do canal da Chroma TV no Youtube através do www.youtube.com/ChromaTV.

Assista no www.tvchroma.com.br

Entrevistador:
Locutor Apresentador Hamilton Ribeiro Jr.
Contato: +55 (11) 98127-2702

M MARTINI



om.br

NTO

terior)

846 